



MULHERES DO CAMPO E OS SENTIDOS DO TERRITÓRIO: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO BAIXO JAGUARIBE (CE)

Danielle Bezerra Maia¹

Bernadete Maria Coêlho Freitas²

INTRODUÇÃO

O território do vale do Jaguaribe é um espaço marcado por disputas territoriais envolvendo o uso, o acesso e o controle da terra e dos recursos naturais. Essas disputas intensificaram-se em função da expansão do agronegócio, da concentração fundiária e de outras problemáticas no contexto da questão agrária, acentuando as expressões das resistências das comunidades camponesas (Freitas; Bombardi, 2018), imbricadas por meio de suas relações sociais de produção e seu modo de vida, repletas de sentidos para essas sujeitas sociais. É importante enfatizar que a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente contra o capitalismo (Oliveira, 2007; Martins, 1980).

A agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem parte de seus problemas por meio da produção agrícola, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (Costa, 2000, p. 116-130). Diferentemente das dinâmicas capitalistas, em que existe a separação entre quem decide e quem executa o trabalho, no campesinato são as próprias famílias que planejam, trabalham e se apropriam do resultado de sua produção. Isso significa que não há distinção entre o sujeito que trabalha e o sujeito que se beneficia do trabalho, preservando uma lógica de autonomia, cooperação e vínculo com a terra.

Assim, o território camponês não é apenas um espaço geográfico, mas uma construção social marcada por práticas cotidianas, vínculos comunitários e resistência frente às lógicas do capital (Sauer, 2015, p.42). Nesse sentido, o modo de vida camponês é marcado por uma lógica de produção e existência que se distancia das dinâmicas impostas pelo agronegócio, embora

¹ *Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAFIDAM); bolsista de extensão (PROEX/UECE); E-mail: bezerra.maia@aluno.uece.br.*

² *Profa Adjunta do Curso de Licenciatura em Geografia da UECE-FAFIDAM; Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail: bernadete.freitas@uece.br*



tenha de lutar constantemente contra a “sujeição da renda da terra pelo capital”, a exemplo da participação nas feiras agroecológicas, evitando a presença do atravessador, cuja resistência é evidenciada pela atuação das mulheres camponesas (Marcos, 2019, p.96).

A sujeição, nesse sentido, ocorre sem que o trabalhador seja expulso da sua terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção (Oliveira, 2007, p.13). Trata-se, antes, de uma forma de subordinação em que o campesinato permanece produzindo, mas integrado a relações mercantis que canalizam parte de sua renda para o capital. Esse processo evidencia como a resistência camponesa se dá em meio a contradições, na medida em que os camponeses buscam afirmar práticas de autonomia e solidariedade, ao mesmo tempo em que enfrentam os mecanismos de controle impostos pelo mercado e pelo Estado.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os diferentes significados atribuídos à terra, a depender de quem dela se apropria. Quando o capital domina a terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (Martins, 1980, p. 60).

Essa diferenciação evidencia que a terra não é apenas um bem material, mas um espaço carregado de significados sociais e políticos. No contexto camponês, a terra de trabalho mantém sua função de garantir a sobrevivência, a reprodução social e cultural das famílias, constituindo-se como território de resistência frente às dinâmicas excludentes do agronegócio.

As mulheres camponesas nesta pesquisa carregam saberes tradicionais, cultivam a terra com cuidado e mantêm as práticas que vão além da produção alimentar, embora atrelados a esta última. Caracterizar o campesinato como uma classe no seio do capitalismo, como um modo de vida singular, que faz com que a agricultura por ela praticada seja não só radicalmente oposta àquela do agronegócio como também um modo de resistir, às vezes consciente, às vezes não, ao avanço do capital e da mercantilização da vida por ele imposta (Marcos, 2019, p.96), demonstra a contribuição acadêmica e social desta pesquisa.

Dentro do sistema capitalista, ainda prevalece um discurso ideológico hegemônico que estabelece determinadas tarefas para homens e mulheres. Ao homem é destinado o trabalho no espaço exterior da casa, também chamado de esfera produtiva; à mulher é designado o espaço privado, a esfera “reprodutiva”. (Santos; Santos, 2015, p.199). Essa divisão não é natural, mas socialmente construída, e reforça desigualdades, pois mantém as mulheres em posições de menor reconhecimento econômico e social.

Conhecer essas camponesas é adentrar em um universo em que o trabalho segue uma divisão sexual dentro da própria família. Segundo Marcos (2019), essas mulheres ocupam funções e responsabilidades que moldam características únicas e singulares:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

As mulheres se ocupam sobretudo dos trabalhos de casa, da criação miúda, da horta e do pomar no quintal, do cuidado da família e da garantia de seu bem-estar, comercializando nas feiras ou vendendo em casa ou pequenos comércios, quando conseguem destinar parte de sua produção para tal, sendo a renda obtida destinada igualmente para o consumo familiar (Marcos, 2019, p. 98).

Portanto, o território, para as mulheres camponesas do Baixo Jaguaribe (CE), microrregião do Vale do Jaguaribe, é mais do que um espaço de produção, trata-se também de um espaço identitário, de pertencimento, diálogo e construção coletiva de saberes. Segundo Falcão *et al.* (2021, p.119), analisando situação análoga, esses territórios possuem características marcadas pela presença do trabalho familiar, “porém estabelecem práticas patriarcais que contribuem para a exclusão das mulheres nas mais diversas dimensões da vida rural”. Desta forma, as camponesas acabam tendo um papel social, produtivo e político limitado, muitas vezes pela invisibilidade estrutural que organiza a vida no campo, apesar da permanência do vínculo com a terra que promove a territorialidade (Santos; Freitas, 2022).

Quando analisamos esse território, não estamos diante apenas de uma base física ou de um espaço delimitado no mapa. A reflexão de Milton Santos ajuda a compreender o território como espaço vivido e carregado de significados:

“O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 1999, p.8).

Embora as atividades do lar e do cuidado estejam voltadas para o gênero feminino, são elas que transformam o território a partir dessas práticas, ressignificando o espaço agrário não apenas como lugar de reprodução de vida, mas também um espaço de construção, afirmação e conhecimentos. Por isso, as mulheres têm lutado por reconhecimento dentro e fora de casa (Melo; Sabatto, 2009). A partir dos seus quintais produtivos e das organizações das feiras agroecológicas, elas constroem uma territorialidade baseado no cuidado, autonomia e coletividade.

Este trabalho, nesse sentido, tem como objetivo analisar a visibilidade das mulheres camponesas do Baixo Jaguaribe a partir das relações sociais de produção e das relações políticas, simbólicas e afetivas estabelecidas entre essas mulheres e o território. Mais do que vender produtos camponeses, elas constroem redes e compartilham modos de vida que sustentam e resistem as lógicas capitalistas e patriarcais.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

METODOLOGIA

Partindo da base filosófica do pensamento crítico, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, interpretativo e explicativo, a partir das vivências, entrevistas semiestruturadas e verificações de campo nas feiras camponesas do território do Baixo Jaguaribe (CE), localizado ao leste do estado do Ceará. A Feira da Agricultura Familiar, Artesanato e Economia Solidária (FAESP) acontece na cidade de Limoeiro do Norte (CE) e promove um espaço de resistência e comercialização. A construção da análise se deu por meio de observações e do registro reflexivo das interações entre as camponesas, bem como das práticas desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão intitulado: “Práticas educativas para o fortalecimento da territorialização camponesa e da produção agroecológica no Baixo Jaguaribe (CE)”, da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte-CE. Esse projeto tem como objetivo fortalecer o diálogo entre as comunidades camponesas e a universidade, dentre outros.

Além disso, foram sistematizados dados fornecidos pela FAESP referente ao ano de 2024, que possibilitaram a elaboração de gráficos referentes ao número de feirantes e à comercialização dos produtos, de modo a complementar a interpretação qualitativa com evidências empíricas.

A interpretação dos dados seguiu princípios da análise temática, organizando categorias emergentes no trabalho de campo, em diálogo com aportes teóricos, tais como: território e pertencimento, autonomia econômica, divisão sexual do trabalho, agricultura familiar camponesa, redes de solidariedade e protagonismo feminino, no contexto do desenvolvimento capitalista e da compreensão sobre a lógica do campesinato.

Desta forma, alguns autores(as) foram essenciais para este trabalho, como Marcos (2019), tratando do campesinato, modo de vida e território; Oliveira (2007), referente ao modo capitalista de produção e sua relação com a agricultura; Falcão, *et al.* (2021), sobre os quintais agroecológicos, as mulheres e seu protagonismo nos processos produtivos e econômicos, dentre outros. O diálogo entre teoria e empírico guiou todo o processo analítico, garantindo que as reflexões partissem da realidade concreta, mas fundamentadas em referenciais críticos da geografia agrária e nos estudos feministas mencionados.

Do ponto de vista ético, a pesquisa buscou respeitar a privacidade, a autonomia e a dignidade das mulheres participantes. Os nomes foram suprimidos ou substituídos por iniciais, garantindo anonimato quando solicitado. Seguindo, o procedimento de entrevista semiestruturada possibilitou conversas com as camponesas atuantes nas feiras e na Comunidade



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

que Sustenta a Agricultura (CSA), no território do Baixo Jaguaribe (CE).

Além disso, adotou-se uma postura de corresponsabilidade com as camponesas, entendendo que o processo de pesquisa não é neutro, e sim uma prática social que deve contribuir para fortalecer as vozes e lutas dos sujeitos envolvidos, especialmente as mulheres, historicamente invisibilizadas nas análises sobre o meio agrário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das observações, entrevistas e diálogos com as camponesas, foi possível compreender uma relação de construção territorial firmada na reprodução material da vida e na construção de identidade. Elas afirmam serem responsáveis pelo manejo de seus quintais e expressam orgulho por ocuparem um lugar que, por muito tempo, esteve reservado aos seus companheiros. Esse deslocamento de papéis evidencia uma transformação silenciosa, porém significativa, revelando a visibilidade das mulheres camponesas do Baixo Jaguaribe, refletindo no contexto de sua participação e reconhecimento da centralidade das mulheres na sociedade.

A FAESP constitui-se um espaço socioterritorial de fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da transição agroecológica, orientado pela valorização da produção local, pela comercialização direta e pela construção de relações solidárias. Os objetivos e os princípios da feira buscam fortalecer o vínculo entre os(as) camponeses(as), artesão(as) e o público da cidade, promovendo o diálogo direto e respeitoso entre campo e cidade. Além disso, tem como premissa promover um consumo sustentável baseado nos princípios da economia popular solidária e da convivência com o semiárido e a participação ativa nas mobilizações sociais, unindo-se às lutas coletivas em defesa dos direitos dos povos do campo, das cidades, das florestas e das águas, a exemplo do grito dos excluídos, romaria na Chapada do Apodi, plebiscitos, mobilizações nas ocupações etc.

A organização da FAESP resulta de um processo coletivo, que envolve agricultores e agricultoras, artesãos, grupos comunitários e instituições parceiras, articulados em torno de princípios de cooperação, autonomia produtiva e sustentabilidade socioambiental.

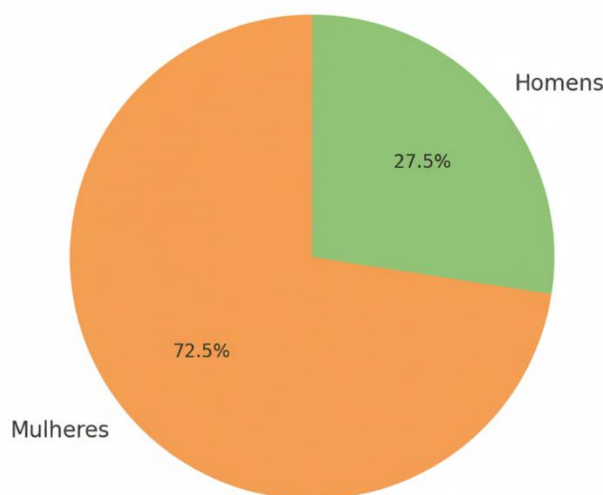
Sua realização mensal no Sindicato dos Trabalhadores Rurais evidencia a centralidade da luta camponesa e da ação coletiva, promovendo não apenas a oferta de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, mas também a produção de sociabilidades, o fortalecimento das identidades locais e a afirmação de práticas econômicas baseadas na solidariedade, no cuidado e na justiça social.

Os dados fornecidos pela FAESP corroboram essa discussão, mostrando evidências



sobre as práticas produtivas, a organização social e a autonomia das comunidades camponesas. Atualmente, estão cadastrados 53 feirantes, cuja distribuição de gênero pode ser observada no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição percentual de feirantes por gênero da FAESP (2023-2024)



Fonte: Banco de dados da FAEP; organizado pela autora.

A feira é constituída majoritariamente por mulheres, espaços que historicamente eram associados à esfera masculina, passando, atualmente, a revelar a inserção das camponesas, que encontram nesse contexto possibilidades de autonomia e ascensão social. Essa predominância revela não apenas a centralidade das mulheres nas práticas produtivas e no manejo dos quintais e roçados, mas também sua participação crescente na esfera pública, onde assumem o protagonismo na comercialização e na articulação comunitária.

A entrada das mulheres camponesas no espaço público da feira representa uma ruptura importante com padrões tradicionais. A feira não é apenas um espaço econômico, mas um lugar de reconhecimento social, aprendizado coletivo e afirmação identitária, funcionando como arena simbólica de disputas por visibilidade e autonomia. A comercialização direta permite que elas sejam reconhecidas como produtoras, geradoras de renda e sujeitas políticas, rompendo com o imaginário de que o campo é espaço exclusivamente masculino ou subordinado ao trabalho do homem. Diante disso, as feiras camponesas podem ser entendidas como espaços de emancipação territorial e feminista.

Os alimentos produzidos nos quintais de suas casas revelam o sentido de enraizamento



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-EDONALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

daquele território. Essa realidade se articula com as diretrizes do programa “mulheres rurais: autonomia e cidadania”, que buscam ampliar a independência dessas sujeitas, promovendo acesso à terra, ao crédito, políticas de educação e tentativa de superação das desigualdades de gênero.

O programa “Quintais Produtivos”, instituído em 2023, reconhece justamente aquela lógica de produção e cuidado que vimos no território das camponesas do Baixo Jaguaribe: o quintal como espaço de vida, de produção diversificada, de enraizamento territorial e de geração de renda. Por meio de diretrizes como geração de renda, produção sustentável e autonomia econômica feminina, o programa articula-se com o fortalecimento da territorialidade feminina.

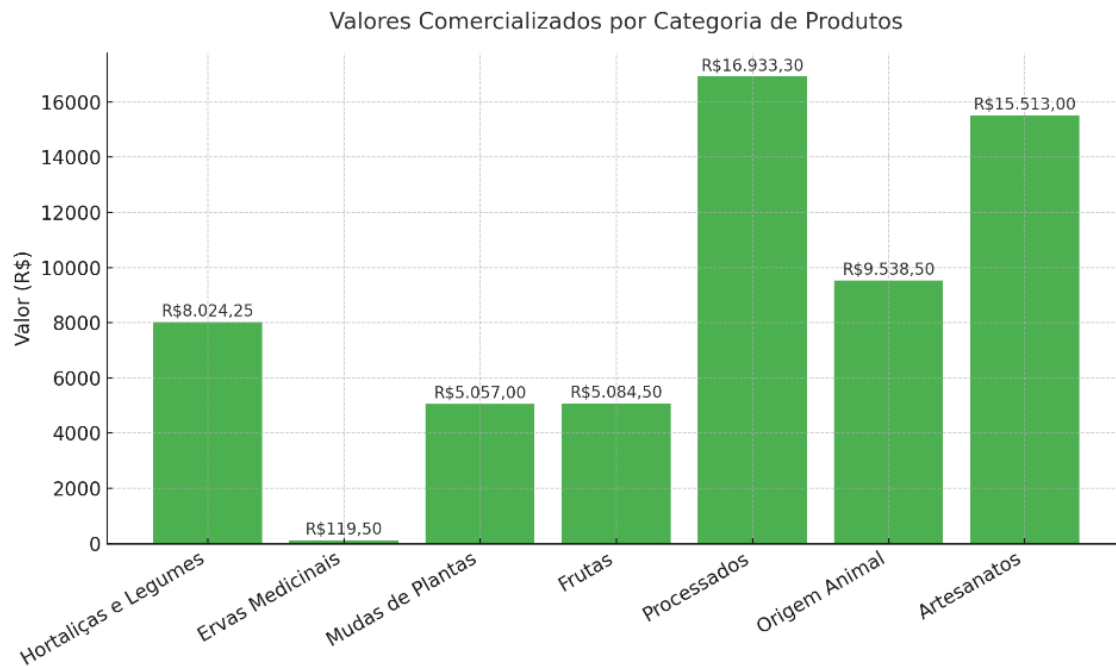
Outro aspecto relevante é a comercialização dos produtos, que evidencia a diversidade da produção camponesa e a capacidade de organização coletiva das famílias agricultoras, garantindo a circulação de alimentos saudáveis e fortalecendo a economia local. Entendemos a economia solidária como um processo que tem como base os princípios de cooperação e do trabalho coletivo, diferenciando-se do sistema capitalista vigente, considerando o/a trabalhador/a, dando maior valor a ele do que à sua força de trabalho (Cleps, 2015, p.257).

O gráfico 2, a seguir, ilustra essa dinâmica, apresentando os valores obtidos a partir das diferentes categorias de produtos comercializados. Os dados revelam que a economia das feiras camponesas está fortemente ligada à diversificação dos produtos comercializados, o que garante tanto a segurança alimentar quanto a sustentabilidade econômica das famílias.

Observa-se que os produtos processados, referem-se aos que são consumidos no mesmo instante, como: baião, sucos, bolo etc. Os artesanatos se destacam como as categorias de maior valor comercializado, tapetes e bonecas de pano são os mais rentáveis, seguidos pelos produtos de origem animal e pelas hortaliças e legumes. Já as ervas medicinais representam uma participação mais modesta, um produto que ainda persiste na comercialização e que não seja tão adquirido na feira, embora indiquem a preservação de saberes tradicionais. Essa diversidade demonstra a capacidade das famílias camponesas em atender as diferentes demandas de consumo, contribuindo para a dinamização da economia local, reafirmando modos de produzir mais sustentáveis.



Gráfico 2 – Comercialização da FAESP (2023-2024)



Fonte: Banco de dados da FAESP; organizado pela autora

Esse cenário dialoga com a reflexão de Mendes (2009, p.131), cuja análise mostra que:

A diversificação da produção na unidade familiar tem se mostrado uma estratégia de sobrevivência e vê o mercado como uma opção nem sempre imprescindível. Assim, revela outros elementos presentes nesse contexto, uma vez que a organização dos agricultores aparece como uma outra opção para se reproduzir enquanto segmento da sociedade, produzir, comercializar, adquirir produtos sem, contudo, perder suas práticas sociais e culturas (Mendes, 2009, p.131).

Essa diversificação produtiva trata-se de uma estratégia fundamental para a sobrevivência das famílias camponesas, permitindo que estas não dependam exclusivamente do mercado capitalista convencional. O mercado aparece como uma possibilidade, mas não como condição única de reprodução social, já que a organização coletiva possibilita outras formas de produção, comercialização e acesso a bens. As camponesas emergem como protagonistas de um projeto coletivo que transcende a dimensão econômica, pois ao diversificarem a produção e fortalecerem laços comunitários, tornam-se agentes de transformação social e de afirmação cultural.

As feiras são lugares onde o território se materializa de forma viva e cotidiana. Conforme afirma Raffestin (1993, p.143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer



nível”. Assim, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. Ou seja, as mulheres camponesas têm buscado a apropriação do espaço das feiras como condição para sua territorialização, concreta e pela representação, processo que ocorre também a partir da ação de um ator sintagmático, isto é, do Estado, que incentiva a realização da FAESP. Ressaltando que resulta das lutas dos movimentos sociais da região pelas condições de realização da referida feira camponesa.

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência (Fernandes, 2012, p.746). E nessa perspectiva, evidencia-se que ele ultrapassa o espaço agrário de moradia e produção, expandindo-se para outros ambientes onde o camponês se organiza e reafirma sua identidade, como as feiras camponesas. Nesses espaços urbanos, o campesinato territorializa-se, constrói sociabilidades, disputa reconhecimento e fortalece estratégias de reprodução social e econômica.

Desta forma, compreende-se que o território é uma construção social e histórica, resultado de ações humanas que transformam o espaço em algo simbólico e funcional para os sujeitos que nele vivem, produzem e reproduzem suas práticas cotidianas. Segundo Haesbaert (2023, p.3), “[...] assim, podemos falar, também, por exemplo, em territórios, onde o empoderamento se dá pelo acionar de uma identidade [...]”. As feiras camponesas também podem ser entendidas como territórios identitários, nos quais o empoderamento se manifesta pelo acionamento da identidade das mulheres como produtoras e gestoras do território.

Ao analisar o perfil dessas camponesas, observa-se que a maioria são mães, possuem algum grau de escolaridade formal e exercem a função de chefes de família. Além das atividades de produção e a participação na feira, elas contribuem, parcialmente, com a composição da renda doméstica. Evidencia-se um acúmulo de funções desempenhadas por essas mulheres, que conciliam o trabalho “reprodutivo”, produtivo e comunitário no cotidiano, além da participação política, presente na luta pela feira camponesa.

Dialogando com uma camponesa, ela relata suas experiências na organização das feiras, sendo um trabalho cansativo e reconhece que naquele espaço encontrou realização pessoal e crescimento, conforme destaca:

O trabalho na feira às vezes é muito cansativo, iniciamos a organização de madrugada. Todavia, tive mudanças significativas dentro da feira. Antes eu tinha muita vergonha e ficava muito tímida e acabava não vendendo nada. Hoje me sinto feirante apaixonada, vejo a feira como espaço de sociabilidade, humanização, lógico tem muita coisa para melhorar, mas considero um grande avanço a chegada até aqui (D. B., 2025)

Assim, a feira torna-se um espaço de sociabilidade e humanização, onde trajetórias



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

individuais se entrelaçam à luta coletiva das mulheres pela visibilidade e valorização no espaço agrário. A consolidação da presença da mulher camponesa em aparelhos produtivos reflete diretamente no melhoramento da renda familiar, oportuniza a compra de bens de consumo que antes não eram acessíveis às famílias e otimiza a qualidade de vida do grupo familiar. Trata-se do engajamento feminino que recentemente vem sendo notado na sociedade (Hermano; Fonseca, 2024).

Outra camponesa demonstra orgulho por ocupar um espaço que por muito tempo esteve reservado apenas aos seu companheiro, ela ressalta:

O trabalho na feira é muito importante e interessante, pois ali estamos com os nossos produtos expostos a venda para termos uma renda extra. E temos uma união muito grande, momentos de confraternização entre nós camponeses. Os meus produtos são orgânicos e livre de agrotóxicos e é muito bom o trabalho na feira (F.V.I, 2025).

As figuras 1 e 2, na sequência, revelam o cotidiano da feira camponesa, evidenciando práticas, relações e dinâmicas que configuram esse espaço como um território socialmente construído. Observa-se a centralidade da participação feminina na organização das bancas, na exposição dos seus produtos e na mediação das interações com os consumidores, expressando processos de autonomia, solidariedade e produções de sociabilidade.

Figura 1 – A participação feminina na feira camponesa da FAESP em Limoeiro do Norte-CE.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-EDONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Figura 2 – A feira camponesa da FAESP, em Limoeiro do Norte-CE.



Fonte: Arquivo da FAESP, 2024.

A apropriação desses espaços pelas mulheres camponesas é uma necessidade estratégica, pois é por meio deles que se fortalecem laços comunitários, práticas agroecológicas e formas de vida mais justas e sustentável, conforme ressalta o cartaz na Figura 1: “aqui não usamos veneno”.

O programa “mulheres rurais: autonomia e cidadania” trata-se de uma proposta que fortalece e promove ações que contemplam a pluralidade das mulheres no campo e suas demandas por justiça, reconhecimento e emancipação, a exemplo do caso investigado no território do Baixo Jaguaribe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribui para evidenciar que a territorialidade camponesa não pode ser compreendida sem considerar o papel central das mulheres, cujas práticas combinam produção agrícola, cuidado, afetos e organização política. Ao iluminar experiências cotidianas e processos de resistência, reforça-se a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero na análise da questão agrária e das dinâmicas territoriais no Ceará.

Ao longo desta pesquisa, foi possível verificar que as mulheres camponesas do Baixo Jaguaribe (CE) não apenas produzem alimentos e cuidam de seus quintais, mas também constroem território de resistência, ligação afetiva e soberania. Suas trajetórias revelam um deslocamento importante em relação aos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, historicamente relegadas à invisibilidade nas dinâmicas produtivas do campo.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-EDONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Reconhece-se que há o que aprofundar na temática estudada no contexto regional analisado. Por se tratar de um estudo de caso a partir da FAESP, os resultados não podem ser generalizados para todas as feirantes do Baixo Jaguaribe. Além disso, o foco se deu nas mulheres presentes na feira, sendo necessário, em trabalhos futuros, investigar também a realidade das mulheres camponesas que não acessam esses espaços de comercialização. Nesse sentido, pode-se pensar, posteriormente, a realização de pesquisas quantitativas que possam investigar o impacto da renda da feira na autonomia econômica total dessas famílias.

A presença dessas mulheres nas feiras é também um ato político, que desafia estruturas patriarcais e afirma diariamente seu protagonismo. Estar nos quintais, nas feiras ou em qualquer espaço do território é afirmar sua autonomia, mostrando que são produtoras e reprodutoras da vida não apenas no cuidado do lar, mas também na gestão do espaço, na produção de alimentos, na transmissão de saberes e na construção de redes coletivas. Elas atuam como agentes de transformação social e territorial, reconfigurando o espaço agrário e tornando visível a centralidade feminina na manutenção da vida camponesa e na afirmação de identidades coletivas.

No contexto das feiras camponesas e das dinâmicas territoriais, a discussão sobre o cuidado permanece central para compreender as desigualdades de gênero ainda vigentes. Apesar dos avanços na participação econômica e política das mulheres, persiste a atribuição social do cuidado, seja no âmbito doméstico, familiar ou comunitário, como responsabilidade feminina, reproduzindo uma lógica patriarcal que naturaliza o trabalho reprodutivo como extensão “inerente” à mulher.

Tal entendimento invisibiliza o esforço físico e emocional empregado nessas práticas e limita a plena participação feminina em outros espaços de decisão e autonomia. A construção de relações mais equitativas no campo exige o reconhecimento do cuidado como trabalho socialmente necessário, devendo ser compartilhado entre homens e mulheres. Assim, a democratização do cuidado torna-se elemento fundamental para a consolidação de territórios mais justos, onde a reprodução da vida e da coletividade seja responsabilidade coletiva e não privilégios ou imposição de gênero.

Do ponto de vista propositivo, torna-se necessário fortalecer políticas públicas voltadas às mulheres que residem nos espaços agrários, como acesso ao crédito, assistência técnica feminista, programas de compra institucional e formação política. É fundamental que tais ações reconheçam a sobrecarga do trabalho doméstico e valorizem os saberes tradicionais das mulheres camponesas.

Ainda que muitas vezes sejam empurradas para uma realidade patriarcal que limita suas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

possibilidades, essas mulheres camponesas demonstram que são agentes ativas na construção do espaço, ressignificando a terra, a feira, o quintal e os afetos. Como já afirmava Simone de Beauvoir (1949), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, apontando que a identidade feminina é socialmente construída e, neste caso, reconstruída cotidianamente a partir das práticas e lutas no território, como estratégias para “re-existir” (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022) no campo, na sociedade.

O papel das mulheres no território é reconhecer que o manejo da terra, a produção de alimentos e a articulação de redes coletivas configuram práticas de apropriação e transformação do espaço, tornando-o um território de resistência, identidade e afirmação da vida camponesa. Reafirmar o lugar das mulheres no território é também enfrentar o patriarcado em sua dimensão mais concreta: no chão que se pisa, na comida que se produz, nas redes que se constroem. O território, quando vivido com liberdade, se torna um espelho da nossa força coletiva e nele, as mulheres camponesas têm mostrado o caminho.

Nesse cenário, cada conversa e cada produto exposto na banca, carregam a marca da (re)existência dessas sujeitas, que não apenas enfrenta estruturas históricas de opressão, mas constrói caminhos próprios, plantando sementes de transformação social que germinam para além das fronteiras da feira.

Palavras-chave: Protagonismo feminino; território; feiras camponesas; identidade feminina.

REFERÊNCIAS

ATER. **Mulheres para produção de alimentos, autonomia e vidas saudáveis no campo, nas águas e nas florestas.** Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/04/ater-mulheres-para-producao-de-alimentos-autonomia-e-vidas-saudaveis-no-campo-nas-aguas-e-nas-florestas>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Quintais Produtivos.** Brasília, DF: MDA. Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/quintais-produtivos>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. **Quem são as mulheres que pesquisam e constroem a agroecologia no Brasil.** Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/19/quem-sao-as-mulheres-que-pesquisam-e-constroem-a-agroecologia-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

sustentável. Belém: Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000, p. 116-130.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. Economia solidária: territorialização e caracterização dos empreendimentos econômicos solidários em Minas Gerais. In: FILHO, Eraldo Da Silva Ramos; SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Ana Rocha Dos; (orgs.)

Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais. São Paulo: Outras expressões, 2015. p.257.

FALCÃO, Maria Raimunda Borges *et al.* Quintais agroecológicos e as mulheres no protagonismo dos processos produtivos e econômicos. In: CARNEIRO, Priscila Teixeira Souza; SANTANA, Eduardo Justino (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí.** Curitiba: CRV, 2021. p. 119-127.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho Freitas; BOMBARDI, Larissa Mies. A política nacional de irrigação e o uso de agrotóxicos no Brasil: contaminação e intoxicações no Ceará. **GEOgraphia**, vol. 20, n. 43, 2018.

FERNANDES, Bernado Mançano. Território camponês. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012. p.746-747.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 03-04, 2023.

HERMANO, Vivian Mendes; FONSECA, Ana Ivânia Alves. O protagonismo das mulheres agricultoras nas feiras e mercados do norte de Minas. **Revista territorial**. v.13. Edição especial: Grupo internacional de pesquisa ação participante (GIPAP) p.66, 2024.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y re-existir. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo, Hucitec, 1980. p.60.

MARCOS, Valéria de. Campesinato, modo de vida e território. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). **A necessidade da geografia.** São Paulo: Contexto, 2019. p. 93-106.

MELLO, H. P; SABBATO. A. Gênero e trabalho rural – 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista.** Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009

MENDES, R. B. Feira Livre e Segurança alimentar: um estudo de caso de Santa Maria de Itabira. In. THEODORO, H. S.; DUARTE, G. L.; VIANA, N. J (orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 117-134.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma**



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

agrária. São Paulo: Ática, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Coleção Estudos).

SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Josefa De Lisboa. A condição da mulher na sociedade de classe: agroecologia e empoderamento feminino no assentamento 13 de maio. In: FILHO, Eraldo Da Silva Ramos; SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Ana Rocha Dos; (Orgs.) **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2015. p.199.

SANTOS, José Ledy Carvalho; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Territorialização e territorialidades camponesas: a questão do vínculo com a terra no contexto da expansão do agronegócio. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**. v. 4, n.2, p. 143-164, 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em:< <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/2>>. **Acesso em: 12 set. 2025**.

SAUER, Sérgio. Territórios em disputa: a luta pela terra e pelo território como resistência ao capital. **Revista Campo-Território**, v. 10, n. 21, p. 33–59, 2015.